

Ciclo de Debates sobre Obesidade

1ª Reunião Preparatória – 3/8/2023 – 9 horas

Órgãos e entidades presentes	<ul style="list-style-type: none">• Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável – Belo Horizonte• Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica – Abeso• Associação Médica de Minas Gerais – AMMG• Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Estado de Minas Gerais – 4ª Região – Crefito-4• Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região – CRN9-MG• Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – 4ª Região• Departamento de Clínica Médica – Faculdade de Medicina UFMG• Departamento de Nutrição da Escola de Enfermagem da UFMG• Grupo de Estudo, Pesquisa e Prática em Ambiente Alimentar – UFMG• Grupo de Pesquisa de Intervenções em Nutrição – GIN• Secretaria de Estado de Educação – SEE• Secretaria de Estado de Saúde – SES• Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia – SBEM• Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia – Regional Minas Gerais – SBEM-MG
Parlamentares e assessorias	<ul style="list-style-type: none">• Deputado Coronel Sandro• Assessoria do deputado Coronel Sandro
Assessoria ALMG	<ul style="list-style-type: none">• Gerência-Geral de Consultoria Temática/Gerência de Saúde, Trabalho e Assistência Social – GCT-GSA• Gerência-Geral de Participação e Interlocução Social – GPI• Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – GRPC
Pauta	<ul style="list-style-type: none">• Abertura e palavras do deputado coordenador• Breve apresentação dos convidados: nome e instituição que representa.• Palavras dos demais deputados presentes• Apresentação da proposta do evento: breve consideração sobre os eventos institucionais e sobre o evento em pauta• Abertura da palavra para os(as) convidados(as) apresentarem suas expectativas para o evento• Indicação de outras entidades não presentes para também integrar a comissão organizadora nas próximas reuniões
Transcurso da reunião / pontos importantes	<ul style="list-style-type: none">• Aberta a reunião pelo deputado Coronel Sandro.• O parlamentar, após se apresentar, agradecer a presença dos convidados e chamar uma breve oração, relatou que a Assembleia aprovou uma proposta sua para a realização de um ciclo de debates sobre a obesidade, que apresentou porque avalia que o problema nem sempre é tratado com a seriedade que deveria ter, muitas pessoas não entendem que a obesidade é uma doença, e nem sempre é dada, mesmo por parte do Estado e do poder público, a atenção científica que deveria merecer esse problema de saúde que acomete todas as idades e classes sociais; acrescentou que a iniciativa busca contribuir não só mobilizando a capacidade legislativa da ALMG – e as leis são importantes para aprimorar os serviços de prevenção e atendimento – mas também mobilizando os outros poderes, sobretudo o Executivo, que implementará as ações porventura aprovadas, assim como a iniciativa privada, com o objetivo de estabelecer um programa estadual de prevenção e combate à obesidade que possa ser efetivo, em médio e longo prazo, na promoção da saúde e na redução de gastos públicos relacionados à doença. Colocou ainda que possui o conhecimento de um leigo no assunto, e por isso conta com os parceiros, enquanto profissionais da área da saúde e representantes de entidades não governamentais

1ª Reunião Preparatória – 3/8/2023 – 9 horas

Transcurso da reunião / pontos importantes

ligadas ao tema, para definirmos em conjunto ao longo de quatro reuniões preparatórias como será esse ciclo de debates previsto para outubro, com o objetivo de termos um resultado efetivo ao final.

- Breve apresentação dos presentes.
- A equipe da GPI, setor que faz parte da Diretoria de Processo Legislativo e é responsável por coordenar e operacionalizar os eventos institucionais de construção coletiva, planejados em parceria com entidades da sociedade civil e com outros órgãos públicos, esclareceu que a iniciativa do deputado foi aprovada pela Mesa Diretora, de modo que o tema entrou na agenda da ALMG como prioridade, e foi autorizada a organização do evento institucional, que é uma ação da Casa e, portanto, partidária – o deputado demandante está à frente dos trabalhos, e é possível que venham outros parlamentares se agregar à organização; a realização do evento será próxima ao Dia Nacional de Prevenção da Obesidade, dia 11 de outubro, e estão previstas inicialmente quatro reuniões preparatórias (sempre na quinta-feira, às 9 horas), mas se necessário podem ser realizadas outras; as entidades e órgãos parceiros compõem a comissão organizadora e podem indicar mais entidades relevantes ao tema para tornar a comissão ainda mais representativa; ao longo de nossas reuniões, pensaremos juntos o título do ciclo de debates, o formato do evento – com a duração de um ou dois dias, com painéis expositivos e talvez uma palestra magna –, assim como os temas a serem abordados e os expositores convidados; teremos o apoio de outras áreas da Casa, como a Gerência-Geral de Consultoria Temática, que contribui com relação ao conteúdo e os possíveis desdobramentos legislativos, e a Gerência de Relações Públicas, que mobilizará setores da Diretoria de Comunicação Institucional para a elaboração da identidade visual e do plano de comunicação integrada para divulgação do evento, e para a cobertura jornalística, com matérias no Portal e na TV Assembleia.
- O deputado Coronel Sandro colocou que a ideia é consolidar, ao final, tudo que for discutido e proposto, considerando inclusive a legislação já vigente e alguns projetos de lei em tramitação, para a elaboração de uma lei maior que trate da prevenção e combate à obesidade no Estado, buscando envolver a iniciativa privada da forma mais eficiente possível, com ações também nas escolas e em outros segmentos, lembrando que a lei apenas não é suficiente, precisamos de ações práticas com atrativos para o envolvimento das pessoas.
- Foi aberta a palavra para as considerações iniciais dos parceiros.
- Manifestou-se satisfação com a proposta inicial de uma construção com contribuições multidisciplinares e não só acadêmicas, lembrando-se que a obesidade é uma condição multifatorial com múltiplas definições, não tendo apenas a definição clínica ou de saúde pública, e enfatizou-se a importância de uma abordagem de saúde coletiva, pois a causa não se reduz a hábitos alimentares individuais, estando na verdade ligada à questão mais ampla do ambiente alimentar, com uma alta oferta de ultraprocessados, açúcares e gorduras, é necessário discutir intervenções nutricionais coletivas.
- Colocou-se que as áreas de fisioterapia e terapia ocupacional são importantes no tratamento, sobretudo para prevenção de problemas futuros das pessoas com obesidade, principalmente com aspectos respiratórios e de funcionalidade (tomar banho, se vestir, etc.).
- A representante da Secretaria de Estado de Saúde – SES – colocou que a obesidade é trabalhada na rede como um todo: na área de promoção da saúde e prevenção de doenças há ações de alimentação saudável e de atividade física, e há na rede hospitalar as ações de cuidado e tratamento, inclusive com cirurgia bariátrica; a SES incentiva ações de detecção de obesidade e sobrepeso, Minas Gerais tem a maior cobertura de diagnósticos em relação a outros estados, e partir daí são trabalhadas diversas ações de cuidado e prevenção, como incentivo ao aleitamento materno e incentivo à alimentação saudável e à atividade física no Programa Saúde na Escola – PSE; a política de promoção da saúde trabalha com incentivo financeiro aos municípios de acordo com o cumprimento de metas, entre as quais constam a avaliação do consumo alimentar e do estado nutricional da população e a prática de atividades físicas. Após questionamentos do parlamentar, a representante ficou de disponibilizar para a comissão organizadora os números do orçamento estadual da saúde relacionados a tratamento e prevenção da obesidade, assim como o Mapa de Obesidade em Minas Gerais, com estatísticas de obesidade e sobrepeso por macro e microrregiões e por municípios.

1ª Reunião Preparatória – 3/8/2023 – 9 horas

Transcurso da reunião / pontos importantes

- Foi relatado que o Grupo de Pesquisa de Intervenções em Nutrição – GIN – da UFMG trabalha com projetos de pesquisa sobre prevenção e, principalmente, tratamento e cuidado à pessoa com obesidade, tendo dados já publicados sobre avaliação dos serviços de atenção primária à saúde em relação a sua adequação às necessidades específicas desses pacientes, e também dados sobre a percepção dos profissionais de saúde sobre os cuidados às pessoas com obesidade, a partir dos quais foram elaborados materiais e cursos EaD para qualificação profissional, em parceria com o Ministério da Saúde; o grupo está também na fase de análise dos dados de uma intervenção coletiva de 6 meses com usuários com obesidade de diversos serviços de saúde de Belo Horizonte, para avaliar a efetividade da intervenção para ocasionar redução de peso e ganhos na saúde dessas pessoas.
- Foi sugerida a participação, nessa comissão organizadora, de pessoas com obesidade, cuja perspectiva é fundamental para que o evento seja completo, assim como de educadores físicos e também de atores da arquitetura e urbanismo, pois a questão do ambiente em que a pessoa está inserida vai além do ambiente alimentar. Foi sugerido também convite à Dra. Cláudia Vieira, que coordena o ambulatório de obesidade da Santa Casa, que faz o acompanhamento de mais de 5 mil pacientes, e pode trazer uma perspectiva bem interessante sobre a obesidade no SUS, e à profa. Helen Miranda, da Rede para Enfrentamento da Obesidade e Doenças Crônicas em Minas Gerais – Renob-MG – da UFV, em cujo site há uma série de *ebooks* voltados à formação continuada dos profissionais de saúde.
- A equipe da GPI esclareceu que foram convidados o Conselho Regional e também a Escola de Educação Física, e que o convite será reforçado; foi também enviado convite por e-mail à Renob, e foi solicitado aos parceiros um contato direto da profa. Helen para reforço do convite; da área de arquitetura e urbanismo, de fato nenhuma entidade foi chamada, e será providenciado convite, assim como para a Dra. Cláudia da Santa Casa. Em relação a pessoas com obesidade, o convite tinha sido cogitado, mesmo porque o destinatário da política pública é muito importante para os debates, mas não foram encontradas entidades ou associações representativas do segmento, e foi solicitada indicação aos parceiros.
- Em relação às temáticas, foi sugerido tratar: 1) a questão do preconceito, que configura uma barreira de acesso tanto na saúde quanto em aspectos do dia a dia, argumentando-se que a obesidade é uma doença complexa que não pode ser vista como uma preguiça do doente ou falta de força de vontade, e o único preconceito que tende a aumentar no mundo é aquele contra a pessoa com obesidade, sendo necessários esforços para combatê-lo na sociedade e, principalmente, entre os profissionais de saúde; 2) ações para prevenção e promoção de hábitos saudáveis de vida, tema em que seria importante debater estratégias para a efetividade, já que as iniciativas que existem nem sempre são efetivas; 3) acesso a tratamentos efetivos para a obesidade, que é uma doença crônica e deve ser tratada como tal, e não com foco no peso e no emagrecimento, o que minimiza sua complexidade; a base de tratamento será sempre a mudança de hábitos de vida, mas a terapia farmacológica deve ser tratada com mais seriedade, não temos nenhum medicamento disponível no SUS para essa doença crônica não transmissível que é a base de boa parte de outras doenças como diabetes, hipertensão e doença cardiovascular; também a questão da cirurgia deve ser abordada, existe um preconceito que faz com que menos de 1% das pessoas com indicação efetivamente recebam o tratamento cirúrgico.
- Foram relatadas pesquisas do Grupo de Estudo, Pesquisa e Prática em Ambiente Alimentar da UFMG: 1) o grupo integra o projeto Comercialização de Alimentos em Escolas Brasileiras – Caeb – que faz levantamento da venda de alimentos nas escolas privadas das capitais, considerando tipos de alimentos, variedade, preço, com intuito de promover uma melhora nesse ambiente alimentar escolar, que seria muito propício para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, lembrando-se que na rede pública há o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – que promove uma alimentação adequada e saudável e é um programa muito forte e importante; 2) projeto com crianças que já possuem obesidade e são atendidas no âmbito da atenção primária, considerando cinco eixos, uma vez que a doença tem múltiplos componentes: alimentação, atividade física, saúde mental, comportamento sedentário e sono; não há foco em emagrecimento, mas sim em mudança de hábitos alimentares e a diminuição de alimentos ultraprocessados; a maior dificuldade tem sido a adesão, porque famílias e crianças não veem a obesidade como problema; e 3) projeto sobre ambiente

1ª Reunião Preparatória – 3/8/2023 – 9 horas

Transcurso da reunião / pontos importantes

alimentar digital, que aborda as formas de acesso a alimentos por aplicativos de comida e por *e-commerce*, e como isso influencia a alimentação, esse é um tema muito novo que tem crescido muito.

- Foi enfatizada a importância de focar na infância e adolescência, a obesidade infantil é um problema muito sério, observa-se que a obesidade da maioria dos adultos tem origem no berço.
- Foi proposto pensar políticas públicas que ajudem a fazer com seja mais fácil e barato acessar um alimento mais saudável e nutritivo, e mais difícil acessar ultraprocessados.
- Relatou-se a dificuldade dos médicos para o tratamento da obesidade no SUS, pois não há medicação aprovada para tratamento da obesidade, além de que a geração atual tem preconceito com “remédio para emagrecer”, é necessário levar a informação de que essa é uma doença crônica que em alguns casos requer tratamento pro resto da vida.
- Foi relatado que houve uma consulta pública no Ministério da Saúde sobre a inserção de uma medicação no sistema público; há cinco medicamentos aprovados pela Anvisa para tratamento da obesidade no País: orlistate, sibutramina, a associação de bupropiona com naltrexona, a liraglutida e a semaglutida, sendo que as três últimas são realmente medicações de alto custo. Foi muito discutida a inserção da sibutramina, que é uma medicação que tem uma indicação específica e necessidade de acompanhamento, mas pode trazer benefícios para parte da população. A liraglutida tem bons dados de segurança e eficácia de longo prazo, segundo parecer da Sociedade Brasileira de Endocrinologia em conjunto com a Associação Brasileira de Estudos da Obesidade e, apesar de ultrapassar em três vezes o valor médio, terá sua patente quebrada no ano que vem. Alguns estados já implementaram a disponibilização de medicações antiobesidade em situações específicas, como em centros de referência.
- Foi questionado qual seria o público do ciclo de debates, e o deputado esclareceu que seriam todos aqueles que são responsáveis pela saúde pública em Minas Gerais, a ideia é convidarmos todos os secretários de saúde municipais e todas autoridade em nível estadual ligadas a políticas públicas relacionadas à obesidade, além das instituições privadas que têm alguma relação com o tema.
- Argumentou-se que a obesidade é um problema social em que se tem observado uma certa inversão em relação ao passado, com o aumento do problema entre as classes socioeconômicas mais baixas.
- Foi sugerido mostrar e analisar as leis sobre o tema no evento e discutir estratégias sobre como implementar o que está no papel, assim como tratar também a questão conceitual da obesidade, aprofundando a visão de doença crônica com tratamento contínuo e abordagem individualizada, em que o risco deve ser avaliado não em relação ao IMC isoladamente, mas em relação à trajetória de ganho ou perda de peso de cada paciente.
- Foi apresentada concordância de o preconceito deve ser abordado até para evitar questionamentos, trazendo a discussão de que o problema não é uma questão estética, mas tem a ver com a prevenção de doença crônica que leva a outras doenças.
- Foi proposto ressaltar o papel do nutricionista, assim como a importância de ações coletivas para construção de hábito mais saudáveis.
- Foi relatado o retrocesso ocorrido em relação à Lei 15.072, de 2004, a Lei da Cantina Saudável, regulamentada em 2018, após espera de 14 anos, pelo Decreto 47.557 com as regras para alimentação adequada nas escolas. Infelizmente, o decreto foi revogado em 2020, e a escola, que é ambiente de aprendizado e de confiança, volta a ter a comercialização de refrigerante, *chips* e uma série de ultraprocessados que deveriam continuar proibidos. É importante insistir na educação alimentar e nutricional nas escolas, trabalhar a troca de ultraprocessados por alimentos *in natura* e minimamente processados, estimular a leitura das embalagens, ensinar as crianças questionar as propagandas e a existências de muitas cores e brindes nas embalagens. Foi mencionado programa no Chile com legislação sobre publicidade e embalagens, e sugerido convite à nutricionista brasileira que participou desse processo. É preciso ainda políticas públicas de incentivo à produção e consumo de alimentos *in natura* e desincentivar os ultraprocessados por meio de taxação e incentivos, o fato da população de baixa renda estar ganhando peso tem a ver com disponibilidade de ultraprocessados muito baratos.

1ª Reunião Preparatória – 3/8/2023 – 9 horas

Transcurso da reunião / pontos importantes

- Foi colocada a necessidade de aumentar o acesso a equipamentos públicos de segurança pública e nutricional, como o Direto da Roça e os restaurantes populares, que em BH estão concentrados na Região Centro-Sul e devem ser levados a outras regiões e municípios.
- Foi sugerido, em relação às embalagens, utilizar estratégias como as que reduziram o número de fumantes, e também inserir informações relacionadas a saúde e alimentação saudáveis no material escolar gratuito distribuído nas escolas públicas.
- Como a obesidade tem grande impacto na autoestima da criança, propôs-se implementar nas escolas boas equipes multidisciplinares com psicólogos para trabalhar as questões de saúde mental e de bullying e assédio verbal, que nem sempre partem só de crianças. É preciso realizar eventos nas escolas para levar informações e orientações para as famílias, inclusive sobre a relação hormonal do sono com a fome, e os impactos que muito tempo de tela e a violência podem ter sobre o sono e a saúde mental. Seria importante também debater a cultura familiar e costumes e crenças que geram comportamentos, como por exemplo a ideia de que não se pode deixar comida no prato.
- A representante da Secretaria de Educação relatou que o poder público tem buscado promover hábitos alimentares saudáveis, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – tem seguido o Guia alimentar para a população brasileira, mas há duas questões que impactam sua efetividade: o preconceito de pais e gestores de que “comer comida 10 da manhã faz mal, é melhor pão”, apesar de sabermos que alimentação *in natura* ou minimamente processada é melhor do que pães, biscoitos ou achocolatados em qualquer horário do dia, e a influência das crianças que levam lanches não saudáveis preparados pela família sobre outras crianças.
- Argumentou-se que, como a obesidade é multifatorial, é essencial trabalhar em ações intersetoriais, só ações de saúde não bastam, tendo como grande objetivo desenvolver ambientes sociais que favoreçam hábitos mais saudáveis, considerando fatores como preços de alimentos, tempo para preparo e condições favoráveis à prática de atividades físicas.
- Colocou-se que foram percebidas duas questões centrais para organizar os temas em si em dois grandes eixos. Levando em conta todas as considerações sobre escola, casa, sociedade, indústria e agroindústria, propõe-se o eixo “como se constrói um ambiente obesogênico?”; e como um segundo eixo, abordar a “obesidade instalada, como se dá o tratamento?”.
- O deputado Coronel Sandro colocou que talvez não seja possível abordar todos os temas, são muitas questões que merecem nossa atenção, e propõe que na próxima reunião se pense o que une todos os tópicos para afunilar os temas. Relatou que sua assessoria trará um levantamento das leis e projetos de lei relacionados à obesidade para subsidiar as decisões, e que aprendeu muito, percebendo que há muitos esforços, talvez dispersos, que se bem reunidos podem ter um efeito sinérgico maior que sua simples soma.
- Foi sugerida a formação de grupos de trabalho por área de atuação (médicos, nutricionistas, educadores) para preparar propostas de temas; por outro lado, defendeu-se a ideia de decidir coletivamente. O parlamentar colocou que os grupos podem ser criados na próxima reunião, e que antes os parceiros pensem individualmente em propostas para organizar os temas.
- A equipe da GPI propôs que os parceiros façam adesão a uma comunidade de Whatsapp criada para a organização do evento, processo em que se garante o sigilo dos dados pessoais de acordo com a LGPD (diferentemente de um grupo normal do aplicativo), e solicitou que os parceiros que desejem participar salvem em seus contatos o número institucional da gerência. Colocou ainda que todos são multiplicadores, e podem repassar a memória dessa 1ª reunião e convidar mais parceiros para a comissão organizadora.

Tarefas combinadas

- Os parceiros podem indicar outras entidades para a comissão organizadora, preferencialmente com dados de contato, assim como encaminhar propostas de temas por escrito para o evento, pelo e-mail gpi@almg.gov.br.

Próxima reunião

- Dia **10 de agosto** de 2023, quinta-feira, às **9 horas**, na **Sala de Reuniões 1 da GPI** (Ed. Tiradentes, 4º andar, Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Santo Agostinho, BH).